

A ANEME participou na FIC – Feira Internacional de Cabo Verde 2017



Stand ANEME – FIC 2017

A ANEME participou uma vez mais na FIC – Feira Internacional de Cabo Verde, que decorreu de 19 a 21 de Novembro de 2017, na cidade do Mindelo em São Vicente, Cabo Verde. Esta presença está enquadrada no projecto Internacionalizar em Português, desenvolvido em parceria com a AIDA no âmbito do SIAC/COMPETE2020, cujo objectivo estratégico é dinamizar a cooperação económica e os negócios nos mercados da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Com esta participação foi possível promover a oferta nacional ao nível do sector metalúrgico e electromecânico, bem como reforçar e alargar as bases institucionais de cooperação com Cabo Verde, através de todo um conjunto de contactos que foram desenvolvidos com empresas, instituições e entidades associativas, quer presentes no certame, quer visitantes.

Foi ainda divulgada a plataforma – SIGAME que, no âmbito do projecto, visa facilitar os negócios no espaço da CPLP, tendo sido possível contar com a introdução de novas empresas Cabo-Verdianas na mesma.

De salientar que a nossa presença se enquadrou no Pavilhão de Portugal, organizado pela AIP, tendo contado com a visita do representante da AICEP no mercado, Dr. Jorge Salvador, e da Senhora Embaixadora de Portugal em Cabo Verde, Dra. Helena Paiva.



Pavilhão de Portugal – FIC 2017

1 CAPA

- A ANEME participou na FIC – Feira Internacional de Cabo Verde 2017

2 INFORMAÇÃO ANEME

- **Editorial**

3 ENTREVISTA

- Unimetal – Indústria e Comércio de Máquinas, Lda

4 FISCALIDADE | NOTÍCIAS

- Obrigações Fiscais
- Registo de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos e Pilhas e Acumuladores

5 NOTÍCIAS

- Novas Regras sobre Cartas de Condução
- E-GAR

6 ACORDOS

- Decisões Jurisprudenciais

7 INFORMAÇÃO

- Indicadores Macroeconómicos
- Redução da taxa do IRC
- Entidades contratantes de trabalhadores independentes
- Feriado de Carnaval

8 DIVULGAÇÃO

- UNILEX
- Subsídio de Refeição em 2018
- Novo Modelo de Participação de Acidente de Trabalho

METALURGIA E ELECTROMECHANICA: OLHANDO O FUTURO! (Continuação)

Memórias que iluminam o futuro - II

3. O regresso a uma relativa tranquilidade social e política no nosso país começou a desenhar-se a partir de 1985 – onze anos depois do golpe militar! - tendo beneficiado, em particular, das diligências promovidas, no âmbito do governo do bloco central, pelo então primeiro-ministro Mário Soares: foi ele o animador e o principal intérprete do processo político que conduziu à adesão de Portugal à CEE – Comunidade Económica Europeia, em 1986.

Os Fundos de pré-adesão que, da Europa, começaram, logo depois, a chegar a uma tesouraria pública exaurida pela vertigem que quase destruiu Portugal, permitiram que uma tímida onda regeneradora de bom senso se fosse instalando, apesar de alguns tropeços, no tecido nacional.

Não foram tão rápidas nem, muito menos, pacíficas, as trajectórias de reequilíbrio desenhadas no espaço público. Este recomeçou até a ser conhecido mais pelo confronto, muitas vezes violento, do que como de diálogo pacífico e sensato, ressuscitando os tempos de guerrilha arbitrária, tácticamente desencadeada pelos vários poderes pseudo-sindicais avulsos, mesmo anárquicos, no interior e no exterior das empresas públicas ou privadas. Houve tentativas sérias de reimplantação das Comissões de Moradores e de Trabalhadores e das Comissões Sindicais – integradas por pro-

fissionais da desordem ao serviço de estratégias de pulverização da estrutura económica e social do nosso país: com a invocação dos mais nobres princípios e valores se teceram as mais sórdidas agressões à dignidade humana dos nossos concidadãos – e tudo isto ao serviço de ideologias políticas e sociais de matriz totalitária!

4. A mais urgente e grave tarefa requerida às representações associativas das empresas da actividade económica foi, à época (em especial, desde meados de 1974 até ao fim de 1976), do domínio da contenção dos excessos populistas e demagógicos, traduzidos no recurso sistemático ao expediente de greves selvagens (em sentido próprio, até pela inexistência, então, de um quadro legal disciplinador do seu exercício). Os serviços então prestados às empresas do sector e, portanto, ao nosso país, no quadro da institucionalização dos mecanismos da Contratação Colectiva, não apenas contribuíram para a pacificação social como procuraram estruturar e disciplinar os termos de um estranho diálogo cuja centralidade fora, até então, a rua, e cujo instrumental de combate privilegiava, como formas de pressão, o desrespeito táctico das normas, das orientações de serviço e da disciplina hierárquica no seio das empresas.

(Continua)

José de Oliveira Guia • Presidente da Direcção da ANEME

INFORMAÇÕES DA ANEME EM NOVEMBRO

Nº	TÍTULO	DATA
50 - COMERCIAL	MIDEST 2018 PARIS (FRANÇA) - 27 a 30 de Março 2018	03.11.2017
51 - JURÍDICA	Adesão do SIMA ao CCT da FENAME	08.11.2017
52 - JURÍDICA	Portaria de Extensão do Contrato Colectivo celebrado entre a FENAME - Federação Nacional do Metal e o Sítese - Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços e Outros	09.11.2017
53 - TÉCNICA	Sessão de Divulgação e Esclarecimento – Guia Electrónica de Acompanhamento de Resíduos (E-Gar)	06.11.2017

UNIMETAL

Gabriela Oliveira
Administrativa



Secção de fabrico/finalização

Especializada no fabrico de equipamentos para a indústria, agricultura e pecuária, a Unimetal tem procurado inovar sempre em três décadas de trabalho. Além de Portugal, está cada vez mais empenhada em conquistar o mercado externo.

Breve apresentação da empresa

A Unimetal foi fundada em 1986 pelo nosso gerente Manuel Varanda de Oliveira e continua a ser uma empresa de cariz familiar, contando actualmente com 26 colaboradores. Dedica-se ao fabrico e comércio de equipamentos, como silos, sem-fins, tapetes transportadores, moinhos, misturadores, balanças, entre outros, que são maioritariamente aplicados na agricultura e pecuária, mas também noutros sectores. Quase a totalidade dos equipamentos que comercializamos são fabricados de raiz pela nossa empresa.

A Unimetal fabrica especificamente para o sector agrícola e a pecuária. Sectores que ao longo dos anos têm atravessado diversas dificuldades. De que forma a Unimetal tem inovado para continuar a ser uma referência no mercado onde actua?

É um sector que atravessa por vezes dificuldades, mas o facto de adaptarmos os nossos equipamentos e irmos ao encontro da necessidade dos nossos clientes, personalizando cada obra e primando pela qualidade, tem-nos garantido um lugar de referência no sector onde estamos inseridos. Para além disto, criámos um departamento de estudo e projectos, que tem sido um grande apoio ao nosso fabrico, e nos permite apresentar aos clientes uma perspectiva quase real de como ficará o trabalho final.



Imagem parcial do exterior da Unimetal



Projecto de fábrica de rações de 12ton/hora

A Unimetal fabrica somente para o mercado nacional ou também exporta e actua a nível internacional? Se sim, para que mercados e o que isso representa para a facturação anual da empresa? Se não, é objectivo da Unimetal vender para os mercados externos?

Também exportamos, nomeadamente para mercados como Angola, Cabo Verde, Moçambique, Espanha, França e Inglaterra. Estes mercados representam actualmente cerca de 20% da nossa facturação anual.

Quanto ao futuro: que investimentos perspectivam fazer e em que departamentos específicos da empresa? O que gostariam de ver melhorado?

Contamos continuar a melhorar as nossas instalações e adquirir novos equipamentos que facilitem o nosso trabalho e nos permitam continuar também a oferecer um serviço de qualidade aos nossos clientes.

Quanto ao que gostaríamos de ver melhorado, a nossa aldeia onde estamos localizados, que a Câmara de Sintra procedesse à respectiva urbanização e construção das infra-estruturas inexistentes, mais concretamente os acessos.

Qual a importância da ANEME no apoio e dinamização do sector?

Consideramos uma mais-valia para a nossa empresa, uma vez que ajuda-nos a adquirir conhecimentos acerca do mercado que abrange o nosso sector.



Unimetal – Indústria e
Comércio de Máquinas, Lda

Rua das Flores, lote 138
Casal do Brejo, Dona Maria
2715-247 Almargem do Bispo
(Sintra)

T 219 800 661
F 219 810 707
E geral@unimetal.pt
S www.unimetal.pt

PAGAMENTOS

IVA

Até ao dia 10 Pagamento do IVA, correspondente ao imposto apurado na declaração de Novembro - periodicidade mensal;

IRS | IRC | SELO

Até ao dia 22 Entrega das importâncias retidas, no mês anterior, para efeitos do IRS, IRC e Imposto do Selo;

IUC

Até ao fim do mês Liquidação e pagamento do Imposto Único de Circulação - IUC, relativo

aos veículos cujo aniversário da matrícula ocorra no presente mês. As pessoas singulares poderão solicitar a liquidação em qualquer Serviço de Finanças.

DECLARATIVAS

IRS

Até ao dia 10 Entrega da Declaração Mensal de Remunerações;



IVA

Até ao dia 10 Envio da Declaração Periódica, pelos contribuintes do regime normal mensal, relativa às operações efectuadas em Novembro;

Até ao dia 22 Entrega da Declaração Recapitulativa, pelos sujeitos passivos do regime normal mensal que tenham efectuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou prestações de serviços noutros Estados-membros, no mês anterior;

Até ao dia 22 Comunicação por transmissão eletrónica de dados dos elementos das facturas emitidas no mês anterior pelas pessoas singulares ou colectivas.

Fonte: AT

CENFIM
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E METALOMECÂNICA

Cursos Profissionais 2018

Uma Profissão
Um Futuro
100% de Empregabilidade

FM Formação Modular Certificada Ações curta duração . Ciclos de formação .	EFA Cursos de Educação e Formação de Adultos	RVCC Profissional e Dupla Certificação
--	--	--

Formação à Medida para Empresas | Apoio Técnico e Organizacional
Formação Contínua - Aperfeiçoamento | Formação Contínua Certificada
CET - Especialização Tecnológica | Formação Pedagógica de Formadores

www.cenfim.pt
www.facebook.com/cenfim.pt

CET - Cursos de Especialização Tecnológica
Nível 5 - Protocolos com diversos Estabelecimentos do Ensino Superior com a atribuição de créditos (ECTS)

APZ - Cursos de APRENDIZAGEM
Nível 4 - Confere o 12º Ano + Qualificação Profissional

Cursos de Qualificação Profissional - PRO

Apoios Sociais

- Bolsa de Formação
- Subsídio de Alimentação e Transporte

Erasmus+ Possibilidade de ESTÁGIOS NA EUROPA

Registo de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos e Pilhas e Acumuladores

A partir de 1 de Janeiro de 2018, a Agência Portuguesa do Ambiente I.P. chama a si o registo de produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos e pilhas e acumuladores, que vinha a ser realizado pela ANREEE.

Assim, a partir dessa data, todos os assuntos relacionados com EEE e P&A (registo, declarações, questões, etc.) devem ser efectuados para a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

NÚCLEOS em: ■ Amarante ■ Arcos de Valdevez ■ Caldas da Rainha ■ Ermesinde ■ Lisboa ■ Marinha Grande ■ Oliveira de Azeméis ■ Peniche ■ Porto ■ Santarém ■ Sines ■ Torres Vedras ■ Trofa

SEDE : Rua do Açúcar, 88 - 1950-010 LISBOA . Telef.: 21 861 01 50 . Fax: 21 868 49 79 . ZONA NORTE: Rua Conde da Covilhã, Nº1400 - 4100-187 PORTO
Apertado 8006 - 4109-601 PORTO . Telef.: 22 618 21 64/77 . Fax: 22 618 95 96 . Internet: www.cenfim.pt . www.facebook.com/cenfim.pt . E-mail: dir@cenfim.pt

NOVAS REGRAS SOBRE CARTAS DE CONDUÇÃO

O Decreto-Lei nº 151/2017, de 7 de Dezembro, altera o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, transpondo a Directiva 2016/1106/UE introduzindo na legislação nacional novas disposições relativas à carta de condução:

1. Mudam as condições físicas e mentais exigidas para conduzir veículos a motor

É alterada, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2018, a lista de condições físicas e mentais que um condutor tem de reunir para poder conduzir um veículo a motor. Por exemplo, são alteradas as regras sobre doenças do coração, diabetes e tensão arterial alta que impossibilitam de tirar ou renovar a carta.

2. Há novas regras para a condução de ciclomotores por pessoas entre os 14 e os 16 anos

As pessoas entre os 14 e os 16 anos podem tirar a carta de condução da categoria AM, mas apenas para conduzir ciclomotores de duas rodas com cilindrada até 50 cm³ (ou potência até 4 kW, se o motor for eléctrico) e velocidade máxima até 45 km por hora.

Quando a pessoa fizer 16 anos, a carta de condução continua válida, e a pessoa passa a poder conduzir todos os veículos autorizados pela categoria AM:

- › veículos a motor de duas ou três rodas e quadriciclos ligeiros, com cilindrada até 50 cm³ (ou potência até 4 kW, se o motor for eléctrico) e velocidade máxima até 45 km por hora
- › veículos agrícolas da categoria I, ou seja, motocultivadores com reboque ou atrelado e tratocarros (uma espécie de trator com caixa de carga) desde que o peso do conjunto não exceda os 2.500 Kg (peso bruto).



As pessoas entre os 14 e 16 anos que tenham licenças especiais de condução para estes veículos tiradas antes de as novas regras entrarem em vigor devem pedir a carta de condução da categoria AM, com a restrição 790, no prazo de 1 ano.

3. Alteram-se algumas regras sobre a condução de veículos agrícolas

Passa a ser obrigatório frequentar uma formação, nos seguintes casos:

- › condutores com carta de condução da categoria B (automóveis ligeiros) que queiram conduzir veículos agrícolas de categoria II

› condutores com carta de condução da categoria C ou D que queiram conduzir veículos agrícolas das categorias II ou III.

São veículos agrícolas da categoria II:

- › os tractores agrícolas ou florestais (simples ou com equipamentos montados), desde que o peso do conjunto não exceda 3.500 Kg
- › tractores agrícolas ou florestais com reboque ou máquina rebocada, desde que o peso do conjunto não exceda 6.000 Kg.

São veículos agrícolas da categoria III os tractores agrícolas ou florestais com ou sem reboque e as máquinas agrícolas ou florestais pesadas, ou seja, que pesem mais de 3.500 Kg.

e-GAR

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

A ANEME organizou no passado dia 20 de Novembro em colaboração com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), uma sessão de esclarecimento sobre as novas guias electrónicas para transporte de resíduos (e-GAR).

A sessão realizou-se nas instalações da ANEME e contou com mais de 50 participantes.



Recolha de decisões jurisprudenciais proferidas sobre questões laborais

Seleccção feita exclusivamente tendo em consideração a respectiva diversidade e o potencial interesse.

TRABALHO IGUAL SALÁRIO IGUAL - DISCRIMINAÇÃO - ÓNUS DA PROVA - INVERSÃO DO ÓNUS DA PROVA

I. O Código do Trabalho ao estabelecer critérios de determinação da retribuição refere que na determinação do valor da mesma deve ter-se em conta a quantidade, natureza e qualidade do trabalho, observando-se o princípio de que, para trabalho igual ou de valor igual, salário igual.

II. O art.º 24.º do mesmo diploma legal, consagra o direito à igualdade no acesso a emprego e no trabalho, elencando, de forma exemplificativa, factores susceptíveis de causar discriminação,

tais como a ascendência, idade, sexo, orientação sexual, identidade de género, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

III. Quando as situações referidas são invocadas como factores de discriminação, nomeadamente, no plano retributivo, o legislador, no n.º 5, do art.º 25, do diploma legal referido, estabelece um regime especial de repartição do ónus da prova, em que afastando-se da regra geral, prevista no

art.º 342.º, n.º 1, do Código Civil, estipula uma inversão do ónus da prova, impondo que seja o empregador a provar que a diferença de tratamento não assenta em qualquer factor de discriminação.

IV. Já quando for alegada violação do princípio do trabalho igual salário igual, sem que tenha sido invocado quaisquer factos susceptíveis de serem inseridos nas categorias do que se pode considerar factores de discriminação, cabe a quem invocar o direito fazer a prova, nos termos do mencionado art.º 342.º, n.º 1, dos factos constitutivos do direito alegado, não beneficiando da referida presunção.

V. Para que se pudesse concluir que ocorreu violação do princípio para trabalho igual salário igual, seria necessário que o trabalhador tivesse alegado e demonstrado factos reveladores de uma prestação de trabalho ao serviço do empregador, como chefe de equipa do tratamento, nível 4, que fosse não só de igual natureza, mas também de igual qualidade e quantidade que a dos seus colegas de trabalho com a mesma categoria profissional, o que não aconteceu.

Acórdão do STJ de 01-06-2017

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO - PERÍODO EXPERIMENTAL - DENÚNCIA - ABUSO DE DIREITO

I. Tendo o trabalhador temporário continuado ao serviço do utilizador por mais de 10 dias após o regresso do trabalhador substituído, portanto após a cessação do contrato de utilização sem a celebração de contrato que o fundamente, verifica-se a situação prevista no art.º 178.º, n.º 4 do Código do Trabalho de 2009, nos termos do qual considera-se que o trabalho passa a ser prestado ao utilizador com base em contrato de trabalho sem termo.

II. Tratando-se de um novo contrato sem termo nada obsta a que se lhe possa aplicar o regime do período experimental, previsto nos artigos 111.º a 114.º do Código do Trabalho de 2009, sem prejuízo do desconto do tempo de duração do anterior contrato Sumários de Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça Secção Social Junho de 2017 de trabalho temporário executado no mesmo posto de trabalho, por força do disposto no art.º 112.º, n.º 4 do mesmo diploma.

III. Ressalvadas as situações susceptíveis de integram abuso de direito, nada na lei impede a denúncia do contrato de trabalho durante o período experimental, nos termos do artigo 114.º do Código do Trabalho, motivada em razões alheias ao desempenho profissional dos trabalhadores.

Acórdão do STJ de 22-06-2017



Parceiro de Confiança no seu Negócio



Presente em 25 países

Membro de vários Acordos de Reconhecimento Mútuo



Associação para a Certificação

Acreditada pelo IPAC como organismo de certificação de produtos (incluindo Regulamento dos Produtos de Construção), serviços e sistemas de gestão



INDICADORES MACROECONÓMICOS

Indicador	Unidade	2015	2016	3º Trím 17	Ago 17	Set 17	Out 17	Nov 17
PIB pm preços const 2011	10 ⁶ Euro VH	171 343,2 1,6	173 796,1 1,4	44 827,7 2,5				
PIB pm preços correntes	10 ⁶ Euro VH	179 539,9 3,7	185 034,6 3,1	48 229,1 3,9				
Exportações Totais	10 ⁶ Euro VH	73 993,8 6,1	77 243,8 4,4	20 650,5 6,8	3 943 13,9	4 642 5,7	4 845 11,8	
Importações Totais	10 ⁶ Euro VH	77 705,6 8,2	81 105,3 4,4	21 837,6 8,1	5 251 12,3	5 854 8,5	6 381 21,4	
Índice de Produção Industrial Total	VH VM12	1,8	1,0	7,1	10,2 3,5	3,8 3,7	3,5 4,2	
Índice de Produção Industrial Indústria Transformadora	VH VM12	1,2	-1,1	5,7	8,5 2,7	3,5 3,0	5,1 3,6	
Emprego Total	VH%	1,1	1,2	3,0				
Taxa de Desemprego	%	12,4	11,1	8,5				
Índice de Preços no Consumidor	VH VM12	0,4	0,9	1,1	1,1 1,1	1,4 1,2	1,4 1,2	1,5 1,3
Taxa de Câmbio do euro valores médios	dólares				1,181	1,192	1,176	1,174
Brent valores médios (barril)	dólares				51,70	56,15	57,51	62,71
Taxas de Juro Euribor (3 meses), fim do período	%	-0,13	-0,32		-0,33	-0,33	-0,33	-0,33

FONTE:

INE - Instituto Nacional de Estatística, Banco de Portugal, Gabinete de Estratégia e Estudos do M.E.

NOTAS:

Exportações e Importações mensais - Dados preliminares
Exportações e Importações anuais e trimestrais - Dados encadeados em volume

UNIDADES:

VH - Variação Homóloga (%)
VM12 - Variação Homóloga Média dos últimos 12 meses

Redução da taxa do IRC

Benefícios fiscais relativos à instalação de empresas em territórios do interior

ABÍLIO SOUSA

DSF Consulting / IVOJOMA – Formação e Fiscalidade, Lda

Com a aprovação do Orçamento do Estado para o ano corrente, foi aditado o n.º 4 do artigo 41.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais que prevê a aplicação de uma taxa reduzida de IRC de 12,5% aos primeiros 15.000 euros de matéria colectável, às empresas que exerçam, directamente e a título principal, uma actividade económica de natureza agrícola, comercial, industrial ou de prestação de serviços em territórios do interior, que sejam qualificados como micro, pequena ou média empresa, nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 143/2009, de 16 de Junho. O efeito prático da aplicação desta nova taxa de IRC traduz-se numa poupança máxima de € 675,00 (15.000 X (17%-12,5%)) dado que as entidades que poderão vir a usufruir desta redução são as mesmas relativamente às quais já se aplicava a taxa de 17%, a que se refere o n.º 2 do artigo 87.º do Código do IRC.

Condições de aplicação da taxa de 12,5%

Para que possam usufruir desta taxa de IRC, os sujeitos passivos têm que:

- Exercer a actividade e ter direcção efectiva nas áreas beneficiárias;
- Não ter salários em atraso;
- Não ter resultado de cisão efectuada nos dois anos anteriores à usufruição dos benefícios; e
- A determinação do seu lucro tributável ser efectuada com recurso a métodos directos de avaliação ou no âmbito do regime simplificado de determinação da matéria colectável.

Delimitação das áreas territoriais beneficiárias

Na aprovação deste benefício que ficou estipulado que as áreas beneficiárias seriam definidas por portaria. Neste sentido, o Governo publicou em 13 de Julho passado, a Portaria n.º 208/2017 que veio definir as áreas geográficas onde os sujeitos passivos de IRC poderão utilizar esta nova taxa, com efeitos a partir do período de tributação de 2017.



Entidades contratantes de trabalhadores independentes

O Decreto - lei nº 2/2018, de 9 de Janeiro, alterou o regime contributivo dos trabalhadores independentes previsto no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

A generalidade das alterações introduzidas vigora a partir de 1 de Janeiro de 2019, mas o conceito de entidades contratantes e a taxa contributiva a cargo destas são alterados desde 1 de Janeiro de 2018 nos seguintes termos:

- › 10% nas situações em que a dependência económica é superior a 10%;
- › 57% nas restantes situações.

Ao abrigo destas alterações poderá ser considerada entidade contratante a pessoa colectiva e a pessoa singular com actividade empresarial que no mesmo ano civil beneficiar pelo menos de 50% do valor total da actividade de um trabalhador independente.

Considera-se como prestada à mesma entidade contratante os serviços prestados a empresas do mesmo agrupamento empresarial.

Feriado de Carnaval

Recordamos que, não obstante não ser feriado obrigatório nos termos da lei, por força do disposto na cláusula 47ª nº 2 do CCT do sector a terça-feira de Carnaval é feriado obrigatório no sector, embora possa ser substituído por outro dia mediante acordo entre a empresa e a maioria dos trabalhadores.

MISSÕES

1º semestre

• Gana

FEIRAS

1º semestre

• MIDEST PARIS

27 a 30 Março

• HANNOVER MESSE

23 a 27 Abril

Sessões de
Esclarecimento

2018

JANEIRO

• Dia 23 - Apresentação da plataforma
SIMCA (Lisboa)• Dia 25 - Apresentação da plataforma
SIMCA (Leiria)

FEVEREIRO

• Dia 1 - Orçamento de Estado
para 2018 (Évora)• Dia 5 - Orçamento de Estado
para 2018 (Lisboa)• Dia 9 - Orçamento de Estado
para 2018 (Marinha Grande)

MARÇO

• Novo Regulamento de Protecção
de Dados• Código dos Contratos Públicos
- novas alteraçõesREFORCE O
ASSOCIATIVISMO!

Inscriba-se na ANEME,
a Associação que representa
o sector metalúrgico e
electromecânico em Portugal.
Seja associado e usufrua do nosso
apoio técnico e de benefícios
complementares.
Consulte-nos em www.aneme.pt

PROPRIEDADE

Associação Nacional das Empresas
Metalúrgicas e Electromecânicas

SEDE

Pólo Tecnológico de Lisboa,
Rua Francisco Cortês Pinto, Nº 2 (Lote 13b),
1600-602 Lisboa - Portugal

TELEFONE +351 217 112 740

FAX +351 217 150 403

E-MAIL aneme@aneme.ptINTERNET www.aneme.pt

REDACÇÃO ANEME

PRODUÇÃO GRÁFICA

Cempalavras [+351 218 141 574]

IMPRESSÃO Gráfica LST

PERIODICIDADE Mensal

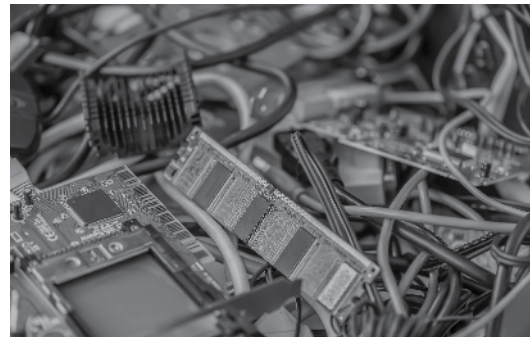
DISTRIBUIÇÃO Gratuita

DEPÓSITO LEGAL 224837/05

UNILEX

Foi publicado a 11 de Dezembro o Decreto-Lei n.º 152-D/2017 que unifica os regimes jurídicos da gestão de resíduos, que se encontravam dispersos em vários diplomas legais.

Denominado de Unilex, este diploma centraliza as regras a que está sujeita a gestão dos resíduos de embalagens, óleos e pneus usados, equipamentos eléctricos e electrónicos, pilhas, acumuladores e veículos em fim de vida abrangidos pelo princípio da responsabilidade alargada do produtor. Esta consolidação permite uma maior transparência e facilidade de conhecimento pelos operadores económicos, em particular os que tendo menor dimensão, como é o caso das pequenas e médias empresas, apresentam mais dificuldade em conhecer a legislação aplicável.



O diploma visa contribuir para uma produção e consumo mais sustentáveis, uma prevenção e redução da quantidade de resíduos a eliminar, assim como para a utilização eficiente dos recursos e a obtenção de matérias-primas secundárias com valor económico.

SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO EM 2018
ISENÇÃO DE IRS E TSU

O valor do subsídio de refeição previsto na cláusula 21ª do CCT do sector é actualmente de € 4,60 por cada dia completo de trabalho.

Nos termos da lei, o valor do subsídio de refeição está isento de tributação em IRS e Segurança Social até determinados limites.

Considerando que a Lei n.º 114/2017, de 29 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2018, manteve o valor estabelecido em 2017 para o subsídio de refeição pago aos trabalhadores da Administração Pública, que é de € 4,77 diários desde Agosto, em 2018 o valor do subsídio de refeição está sujeito a tributação na parte em que exceder os € 4,77, quando pago em dinheiro ou, € 7,63 (€ 4,77 + 60%), se atribuído através de vales de refeição.

NOVO MODELO DE PARTICIPAÇÃO
DE ACIDENTE DE TRABALHO

A Portaria nº 14/2018, de 11 de Janeiro, vem regular:

- O modelo de participação relativa a acidentes de trabalho, por parte dos empregadores, incluindo entidades empregadoras públicas que tenham transferido a responsabilidade pela reparação de acidentes de trabalho e de trabalhadores independentes ou de serviço doméstico;
- O conteúdo, a forma e o prazo de envio de informação sobre os acidentes de trabalho, por parte de seguradores;
- O conteúdo, a forma e o prazo de envio de informação adicional para se proceder ao encerramento do processo de recolha de informação estatística relativa aos acidentes de trabalho.

O diploma ora publicado revoga a Portaria n.º 137/94, de 8 de Março.

Cofinanciado por: